

Ogidio, Rosalina; Schor, Néia

A Jovem Mãe e o Mercado de Trabalho

Saúde e Sociedade, vol. 21, núm. 4, outubro-diciembre, 2012, pp. 1044-1055

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263671021>

A Jovem Mãe e o Mercado de Trabalho¹

The Young Mother and the Labor Market

Rosalina Ogido

Doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP.
Endereço: Avenida Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira Cesar, CEP 01246-904, São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: linaogido@usp.br

Néia Schor

Professora Titular da Faculdade de Saúde Pública da USP.
Endereço: Avenida Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira Cesar, CEP 01246-904, São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: neschor@usp.br

¹ Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - Processo 2008/10714-2.

Artigo baseado na tese "Adolescência, maternidade e mercado de trabalho: uma relação em construção", apresentada a Área de Concentração Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 2011.

Resumo

Introdução: O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas mantém um programa para capacitar adolescentes de 15 a 18 anos, desfavorecidos economicamente, estudantes, para a entrada no mercado de trabalho. **Objetivo:** Compreender projetos de vida de adolescentes, que se tornaram mães, enquanto participavam do programa, no período de 2003 a 2008, buscando desvelar o lugar da vida profissional na trajetória de vida, antes e depois da maternidade. **Método:** Oito jovens mães foram entrevistadas, sendo aplicada metodologia qualitativa para a análise das entrevistas. **Resultados:** As trajetórias de estudo e trabalho foram descontinuadas, ou sofreram adaptações, com a maternidade. Quatro jovens finalizaram o segundo grau e nenhuma havia ingressado na faculdade. Três não voltaram a trabalhar e as demais tiveram experiências diversificadas de trabalho. As dificuldades relatadas para a inserção no mercado de trabalho foram: insuficiência de instrumentos de apoio no cuidado das crianças, baixo ganho salarial, falta de experiência de trabalho, filhos pequenos e pouca formação educacional. **Considerações finais:** A maternidade na adolescência não indicou a exclusão dos projetos de formação educacional ou de trabalho, mas adaptações e necessidade de uma rede de apoio familiar e social. Constatou-se a necessidade de políticas públicas para a inserção do jovem no mercado de trabalho e para serviços de apoio, como creches. Demonstra-se a necessidade de uma mudança nas relações de gênero, com maior igualdade de direitos, como pré-condição à inserção da mulher no mercado de trabalho, em especial, daquelas que são mães.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; Trabalho Feminino; Mercado de Trabalho.

Abstract

Introduction - The *Centro de Orientação ao Adolescente* of Campinas (Southeastern Brazil) maintains a program to qualify economically disadvantaged adolescent students aged 15 to 18 years to enter the labor market. Objective - To understand life projects of teenagers who became mothers while participating in the program, in the period from 2003 to 2008, aiming to find the place of professional life in their life trajectory before and after motherhood. Method - Eight young mothers were interviewed, and a qualitative methodology was applied to the analysis of the interviews. Results - The trajectories of study and work were discontinued or adapted due to motherhood. Four young mothers completed high school and none had entered university. Three did not return to work and the rest had diverse work experiences. The reported difficulties to enter the labor market were: inadequate instruments to support the children's care, low income, lack of work experience, presence of small children and little educational background. Final Considerations - Teenage motherhood did not indicate the exclusion of educational or work projects but indicated adjustments and the need for a family and social support network. It was noted the need for public policies targeted at the inclusion of youths in the labor market and at support services such as nurseries. Also, the need for a change in gender relations was demonstrated, with greater equality of rights as a precondition for the inclusion of women, especially those who are mothers, in the labor market.

Keywords: Pregnancy in Adolescence; Women Working; Job Market.

Introdução

O presente trabalho foi realizado com jovens que participaram do Programa de Aprendizagem Profissional de uma Organização Não Governamental no Estado de São Paulo.

A linhagem de trabalhos sociológicos contemporâneos sobre juventude enfatiza o entendimento desse termo como um processo social de passagem ou entrada na vida adulta (Heilborn, 2006). A maior ou menor magnitude das repercussões da maternidade na adolescência decorre das condições de inserção socioeconômica das famílias das mães adolescentes e de seus parceiros, e do contexto em que essas diferentes condições de inclusão e exclusão social ocorrem (Esteves e Menandro, 2005). Para as mulheres de nível universitário, os salários nem sempre se relacionam de forma negativa com a presença de filhos. Esse dado sugere que mais do que ter ou não uma criança, o que de fato intervém negativamente na construção de uma carreira é o momento em que isso acontece (Guedes, 2009).

No presente trabalho, adotamos o conceito de adolescência, pois ele foi o critério utilizado na seleção dos participantes do Programa de Educação para e pelo Trabalho, população em estudo, e, também, adotamos o conceito de juventude, abrangendo toda a fase de transição entre a infância e a vida adulta, mais especificamente, no contexto deste trabalho, referindo-nos às jovens a partir dos 18 anos de idade. Assim, para fins deste estudo, adolescência e juventude são tratadas de forma interligada, como a fase de transição da infância para a vida adulta, tanto em relação ao processo de maturidade biológica, quanto ao desenvolvimento psicológico, emocional e intelectual, assim como a integração desse indivíduo à sociedade, com seus direitos e responsabilidades.

O conceito de gênero pretende referir-se ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, como são "trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. Assim, o conceito de gênero tem característica fundamentalmente social e relacional (Scott, 1995; Louro, 2003), enfatizando todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por este, tampouco determina diretamente a sexualidade (Louro, 2003). O gênero não é o único

campo, mas tem sido “uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (Scott, 1995).

Um fator importante nas discussões sobre trabalho e gênero é o relacionado à reprodução social. A reprodução econômica e social requer uma boa administração das atividades, tanto no espaço das empresas, quanto naquele das famílias (Dedecca e col., 2008).

Já se chamava atenção para o crescimento da participação de mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais, quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Entretanto, ressalvava-se que essa participação vinha aumentando, principalmente, em empregos precários e vulneráveis, sendo este um dos paradoxos da globalização. Com isso, as desigualdades de salários, condições de trabalho e saúde não diminuíram e a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, apesar do maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres (Hirata, 2002).

Ao incorporar gênero ao planejamento, deve-se considerar o triplo papel da mulher: reprodutivo, produtivo e de administração comunitária, além de distinguir as necessidades práticas das necessidades estratégicas de gênero, sendo estas formuladas a partir da análise da subordinação da mulher ao homem (Moser, 1989).

Dois estereótipos costumam se apresentar nos planejamentos: o da família nuclear e o da divisão sexual do trabalho. Para o homem é reservado o trabalho produtivo fora do lar e, para a mulher, a total responsabilidade do trabalho reprodutivo, doméstico, de organização da casa. Na maioria das sociedades do Terceiro Mundo, esta divisão sexual do trabalho é entendida como reflexo da ordem “natural” e é reforçada ideologicamente através dos sistemas legal e educacional, da mídia e dos programas de planejamento familiar sem reconhecer que, neste meio, a posição da mulher é subordinada à do homem (Moser, 1989).

O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, local deste estudo, foi fundado em 1980, inicialmente para tratar da questão do adolescente autor de ato infracional. Em 1992, iniciou o Programa de

Educação para e pelo Trabalho. Nesse programa, adolescentes em situação de vulnerabilidade social, estudantes da rede pública de ensino, são encaminhados para o mercado formal de trabalho. Todo o trabalho desenvolvido baseia-se nos princípios da Lei do Aprendiz - Lei 10.097/00 (Brasil, 2005) e suas portarias, na Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 1943) e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) (Brasil, 1990).

Ao ingressar no programa, o adolescente participa, durante um semestre, de uma capacitação em que são lidados diversos aspectos relacionados ao trabalho e à educação sexual. Os jovens com boa frequência e desempenho são encaminhados para as empresas parceiras do COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, para atuarem no trabalho, onde permanecem até completarem 18 anos.

Objetivos

Descrever e interpretar projetos de vida de adolescentes que se tornaram mães, entre 15 e 18 anos de idade, enquanto participavam de um programa de educação voltado à inserção no mercado de trabalho, no período de 2000 a 2007, buscando mostrar o lugar da vida profissional na trajetória de vida de jovens mães, antes e com a maternidade.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo é de natureza qualitativa, tendo em vista o objetivo proposto de dar voz a jovens que participaram do Programa de Educação para e pelo Trabalho, buscando desvelar o sentido atribuído à vida profissional, nas trajetórias e projetos de vida dessas jovens. Esta opção deve-se ao fato de a maternidade na adolescência, assim como a inserção no mercado de trabalho serem fenômenos complexos e estarem neles presentes aspectos não mensuráveis como as experiências, as vivências, os desejos, os sentimentos e os afetos. Assim, o tratamento do material gerado na pesquisa e sua interpretação conduzirem a uma busca da *lógica peculiar interna* do grupo, analisada de maneira contextualizada, ou seja, a análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, mas é, também, a

descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações (Minayo, 2007).

Universo de estudo

Para participar do Programa de Educação para e pelo Trabalho, são pré-condições que o adolescente tenha entre 15 e 18 anos, esteja estudando e resida em Campinas ou região. Para o presente estudo, foram selecionadas adolescentes que engravidaram e tornaram-se mães durante o período de acompanhamento pelo Programa, de 2003 a 2008. Nesse período, ocorreram 17 casos de gravidez resultando em parto. Além desses, outro critério de inclusão no estudo foi a concordância em participar da pesquisa, após esclarecimento sobre a sua natureza e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Coleta de dados

O primeiro levantamento das jovens, que se tornaram mães durante o acompanhamento no COMEC, foi realizado a partir de consulta às técnicas do COMEC e através do banco de dados com o registro das adolescentes. Além dos contatos pessoais e telefone, a internet, a partir das redes de contato e *e-mail*, mostrou-se um instrumento valioso na localização dessas jovens.

Das 17 jovens que engravidaram e tornaram-se mães, no período de 2000 a 2008, quando já inseridas no trabalho, 10 jovens foram localizadas e todas aceitaram participar da pesquisa. No entanto, não foi possível entrevistar duas jovens, pois, uma estava trabalhando em tempo integral em outra cidade e a outra estava com o segundo filho recém-nascido.

No processo de trabalho de campo, foi realizada a entrevista e o instrumento para o registro da fala foi um gravador digital. Foi feita entrevista aberta, com utilização de roteiro temático. Todas as jovens aceitaram que a entrevista fosse gravada.

Análise dos dados

As entrevistas foram transcritas e foram definidas categorias temáticas, sendo realizada a Análise de Discurso (Orlandi, 2009; Caregnato e Mutti, 2006; Rocha e Deusdará, 2005). Após transcrição, as falas relativas a cada categoria foram identificadas. As categorias e falas foram organizadas em planilha Excel para posterior análise. Para preservar a iden-

tidade das jovens entrevistadas, foram adotados nomes fictícios.

Para este trabalho, foram abordadas três categorias: 1. Projeto de vida antes da maternidade: estudo, trabalho; 2. Projeto de vida com a maternidade e vivência da maternidade na adolescência: estudo, trabalho, inserção no mercado de trabalho com filhos, rede de apoio (familiar, social) para o exercício da maternidade e 3. Gênero e divisão de trabalho: papel da mulher no mundo atual, divisão das tarefas domésticas.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública em sua 5^a/08 sessão ordinária, realizada em 06/06/2008.

Resultados e Discussão

Das oito jovens entrevistadas, seis pais assumiram o filho desde o período de gestação e um dos pais assumiu quando a criança já estava maior, passando a pagar pensão a partir de então. Apenas um dos pais nunca assumiu o filho.

Das oito mães, quatro viviam com o mesmo companheiro e quatro estavam separadas do pai de seus primeiros filhos. Destas, três coabitavam com o segundo companheiro e uma estava recém-separada.

No momento da entrevista, em três famílias o pai era responsável exclusivo pelo sustento financeiro do lar. Em uma família, o casal dividia a responsabilidade financeira, sem precisar de auxílio da família e, para outras três famílias esta gestão financeira era compartilhada entre o casal, quando ambos conseguiam trabalhar e complementada com a ajuda de parentes próximos, principalmente dos avós da criança. A jovem recém-separada trabalhava e recebia auxílio financeiro de seus pais.

Todas as jovens do presente estudo tinham planos de continuar estudando, entrar na faculdade e conseguir melhores oportunidades de trabalho, mas, até o momento da entrevista, nenhuma cursava faculdade (Figura 1). Das jovens entrevistadas, três não chegaram a trabalhar após a experiência no Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas e o nascimento dos filhos.

Amarilis parou de trabalhar com a gravidez e o nascimento da filha, pois não tinha com quem deixá-la. Terminou o 2º Grau, através de supletivo, voltou a

Figura 1 - Percurso educacional e de trabalho das jovens mães entrevistadas que participaram do Programa de Educação para e pelo Trabalho do COMEC (nomes fictícios)

PROJETO DE VIDA						
	Antes da maternidade pretendia		Durante a gravidez	Com a maternidade continuou		
	Continuar estudando	Continuar trabalhando	Continuou estudando	Estudo	Trabalho	
Íris	Faculdade de educação física	Sim	Sim	2º Grau completo	Trabalhou em escritório (administrativo) Atual: desempregada ("bico" como auxiliar de cozinha)	
Zínia	Faculdade de administração	Sim	Não	2º Grau incompleto (cursando supletivo)	Trabalhou em escritório (administrativo) Atual: Monitora de ônibus escolar	
Margarida	Faculdade de fisioterapia	Sim	Sim	2º Grau completo	Fez trabalho administrativo Atual: Operadora de telemarketing	
Prímula	Faculdade de computação	Sim	Não	2º Grau incompleto	Não trabalhou	
Hortênsia	Faculdade	Sim	Sim	2º Grau completo	Trabalhou como degustadora Atual: desempregada	
Amarilis	Faculdade de odontologia	Sim	Não	2º Grau completo (supletivo)	Trabalhou como vendedora Atual: manicure	
Violeta	Faculdade de computação	Sim	Não	2º Grau incompleto	Não trabalhou	
Azaleia	Faculdade	Sim	Não	2º Grau incompleto	Não trabalhou	

trabalhar e pretende fazer faculdade, desde que não tenha que ir todos os dias, forma encontrada para conciliar os estudos com os cuidados com as filhas e o marido. Antes, ela desejava cursar odontologia, mas descartou esta possibilidade, pelo menos em curto prazo.

Iris conta que não ter cursado ou não estar cursando faculdade traz desvantagem para a inserção no mercado de trabalho. Depois do COMEC, IRIS teve experiência de trabalho, com carteira assinada, em transportadora, fez trabalhos temporários e, atualmente, está desempregada e fazendo "bico", como auxiliar de cozinha. Gostava do trabalho que exercia na transportadora, mas, quando precisou viajar, a trabalho, por uma semana, o filho ficou doente e então, IRIS pediu demissão. Sente falta do trabalho, tanto pela parte financeira quanto pelo contato com as pessoas, poder conversar.

As jovens mães lidam com as escolhas: pagar faculdade ou prover melhores recursos materiais para o filho, estudar e investir no futuro ou ter maior tempo de convivência e cuidado com os filhos.

Para algumas, a maternidade "obstrui um pouco os sonhos", pode atrasar projetos de vida, mas não impede que eles sejam concretizados. Em estudo com 20 mulheres que foram mães na adolescência, conclui-se que: "[...] a gravidez na adolescência obrigou uma redefinição de projetos, mas não impediu sua realização, sendo o apoio familiar destacado como importante para tal adaptação" (Esteves e Menandro, 2005, p. 367).

Particularmente, para as camadas mais altas da sociedade brasileira, o trabalhador homem, sem qualquer tipo de envolvimento com o trabalho reprodutivo, é a referência para a ampla maioria das empresas e, ao naturalizar essa lógica, em que o trabalho reprodutivo realizado pela mulher é invisível, os trabalhadores mais jovens incorporariam um estilo de vida para o qual não há, claramente, espaço para um investimento no projeto reprodutivo (Guedes, 2009).

O trabalho, o trabalhar assume um papel importante na vida dessas jovens, pois indica uma possibilidade para que adquiram maior liberdade,

a partir do momento em que conquistam maior independência financeira e não dependem mais do marido, ou de outros familiares, para tudo, inclusive para presentear os próprios filhos, mesmo que o ganho financeiro seja pouco.

(Liberdade) financeira mesmo porque, sempre que eu preciso de dinheiro eu tenho que pedir pro meu marido. Então eu, eu não gosto muito (Azaleia).

Além da independência financeira, o trabalho é um importante veículo de socialização, de contato com outras pessoas e ambientes, fora da esfera doméstica.

[...] até eu mesma, se fosse pra mim ficar em casa agora eu não conseguiria, porque a gente se adapta a trabalhar fora e pra ficar em casa é difícil né. Assim, a gente faz tudo em casa, mas se a gente fica só em casa é ruim (riso). Aí, pra mim eu até prefiro trabalhar fora e voltar. Eu trabalho, elas vão pra escola e volto e, dá tudo certo também. E, conta do dia, como foi (Amarilis).

O marido de Violeta diz que ela não precisa trabalhar, pois “dá pra sustentar” com o que ele ganha. Violeta desabafa: “... se fosse pra eu ficar em casa eu não queria, eu não queria...” O marido de Violeta “apoia e não apoia” que ela trabalhe, uma vez que “ele acha que é importante ficar cuidando dos filhos, porque ela tem que ficar com os filhos. Porque, já não tem um pai dentro de casa [...]”

Por entenderem a importância da formação educacional e experiência profissional, como meios para melhorar o padrão de vida e adquirirem autonomia financeira, todas desejam continuar suas formações.

Em relação ao trabalho, Iris e Zínia contavam terem tido a oportunidade de serem contratadas pelo próprio local, onde trabalharam pelo COMEC, o que não se concretizou, pelo fato de terem engravidado. IRIS já tinha contrato pronto para trabalhar na Prefeitura, no mesmo setor, mas, por ter engravidado, não foi contratada e a vaga foi preenchida por colega, também do COMEC, o que constituiu uma discriminação em relação à sua gravidez.

Há maior dificuldade para inserção no mercado de trabalho com filhos e isto acontece, principalmente, por falta de uma estrutura de apoio para cuidar das crianças (família, creche).

A, atrapalha um pouco, tem serviço que não aceita muié que, que tem filho pequeno. Eu, eu mesmo já fiz um monte de entrevista mas eles falam que meu filho é muito pequeno ainda, que tem que trabalhar à noite. [...] Realmente, nesse momento eu to precisando de emprego mas... a minha primeira obrigação é meu filho e depois o emprego, é o que eu acho. Primeiro lugar meu filho. [...] Eu já perdi um monte de oportunidade” Nas entrevistas perguntam: “Tem com quem ficar?” Daí eu falo que tem... “E se um dia você precisar ficar de até mais tarde e, cê tem com quem deixar seu filho? E se seu filho ficar doente, você vai vir trabalhar?” (Iris).

Amarilis conta que nas entrevistas de trabalho, perguntam se tem filho, o que pesa negativamente.

Interfere. Interfere porque a pessoa acha que vai faltar, por causa da criança, porque a criança vai ficar doente, você não vai... Ee, muita coisa interfere. Se a criança estuda, se as crianças ficam com os avós, como seria pra ficar, se for trabalhar né. Com quem a criança ficaria. Aí é isso que, a, o, quando a pessoa vê que a criança já não tem escola, que a criança não tem escola, eles avisam a gente que não contrata, porque fica só com a vó, às vezes avó não pode, sempre tem alguma coisa né, que impede (Amarilis).

No caso de Hortênsia, sua experiência com a maternidade foi a de que esta funcionou como um incentivo para que trabalhasse mais.

Ah, me, me influenciou a trabalhar mais, só isso (risos). Mas, isso aí não foi obstáculo não, só a primeira vez eu vi preconceito agora. Foi agora. Acho que um mês, quinze dias atrás eu fui numa agência, aí a moça perguntou assim: “Você tem filho?” Falei assim: “Tenho”. “Ah, não dá”. “Por que não dá?” “Ah, porque... pode faltar...”. Falei assim: “Não, quando uma pessoa tem um filho, ela precisa trabalhar pra ajudar seu filho, sabe. E isso não vejo questão nenhuma, não impede nada”. Aí ela falou assim: “Ah, mas a empresa não quer”. Então você vê que tem preconceito né. (Hortênsia).

Outra questão apresentada por Violeta é que, a partir do momento em que você tem filhos, devem-se considerar os gastos gerados para possibilitar que a mulher trabalhe fora. Muitas vezes, avaliando-se gastos e ganhos, não compensa trabalhar, como ci-

tado com o caso de mulheres de camadas populares, em que os ganhos correspondentes à qualificação da mãe parecem não compensar os custos de substituição da mãe no cuidado com a criança (Itaboraí, 2003). Conclui-se que, se mulheres que têm maior número de filhos têm uma chance ligeiramente menor de trabalhar do que as que não têm, o efeito decisivo não parece ser o número de filhos, mas, sim, a idade do filho mais novo.

E aí também pra trabalhar você também tem que considerar tudo porque, dependendo do que você vai fazer você vai ganhar pouco, se você tiver que pagar creche, pra dois, você ainda vai tê que arranjar escola e ainda o dinheiro falta. Eu tava procurando nos classificados né. Aí comecei a procurar aí falei, não vou esperar ela crescer um pouco mais, entrar na creche porque o salário, eles falaram o salário pra você fazer reposição que é por cau, é muito baixo. O salário que você recebe, aí dá, dá valor. Aí, líquido mesmo é bem menos. Tem que pagar é passagem, eles dão, mas, tem que pagar creche. [...] Se você pôr tudo na ponta do lápis, não compensa. Olha, qualquer idade cê ter filho, principalmente assim quando a gente tem filho novo, mas qualquer idade, você não pode aceitar qualquer oferta de trabalho. É é, complicado, área, carga horária, você tem que procurar um trabalho com seis horas, no máximo. Você vai encontrar dezesseis horas, vinte e quatro horas, só tem de madrugada, só tem na parte das quatro horas. [...] Então você não tem filho, no começo você pega tudo, você pega atendimento. Hoje, como você tem filho num... não tem essa, entendeu? (Violeta).

As maiores dificuldades relatadas pelas jovens, para inserção no mercado de trabalho, são a ausência de experiência prévia de trabalho e o fato de terem filhos para cuidar.

Amarilis conta que a filha fica em creche, que pertence a uma ONG, e tem toda a infraestrutura (educação, aulas de balé, informática, alimentação). Antes, pagava creche, com metade do que ganhava.

[...] minha mãe me ajudava, fiz supletivo pra terminar senão assim, frequentar a escola todos os dias, com um filho pequeno é muito difícil, tem que ter né, ajuda de alguém pra ficar com a criança, senão não dá. É, a partir de quatro anos é meio período. É muito

pouco tempo, quatro anos, como que vai fazer, vai deixar em casa, assim, assim, eu acho que, quando você tem uma tia que olha, uma mãe que olha, uma avó, uma sogra que olha, ajuda. A família que tem que ajudar e, quando não, igual ao meu caso, a minha mãe trabalha, a minha avó trabalha, a minha sogra trabalha, eu trabalho, aí eu sempre procurei escola que ficasse o dia inteiro. Na época que eu tinha só uma filha eu ainda pagava, eu cheguei a pagar escolinha pra ela mas com duas não dá né, e a gente acaba gastando tanto com escola que é, o certo seria não pagar escola pra você poder, só se deixar num lugar legal e, como não conheço ninguém pra ficar em casa, e até acho melhor ela ficar na escola do que ficar em casa, com uma pessoa só, eu sempre fui atrás. [...] é muito difícil, pra quem não tem família assim, não tem uma avó pra ficar co, com o filho... é muito difícil. Sozinha fica mais difícil (voz baixa). (Amarilis).

Do lado das políticas sociais, falta apoio e estruturação para que a mulher possa trabalhar e cuidar de seus filhos. Ao dependerem de estruturas públicas gratuitas, como creches da Prefeitura, deparam-se com a dificuldade para conseguir vagas e, também, com restrição de horários, nem sempre compatíveis com os horários de trabalho das mães.

Outro fator bastante importante é a localização da área habitacional, pois, dependendo da distância de centros de emprego, a mulher pode ficar impedida de trabalhar fora do entorno da área em que reside. A noção dominante de que as mulheres têm como primeira e principal responsabilidade a esfera doméstica faz com que questões relativas ao seu acesso ao trabalho tendam a não ser consideradas (Machado, 1999).

Famílias de baixa renda, também, têm menos opções de estruturas para o cuidado das crianças e têm maior chance de recorrer ao auxílio de familiares. No entanto, devido aos padrões de migração, às famílias menores e à maior participação feminina na força de trabalho, sugere-se que as políticas públicas devem ter, como alvo, famílias com baixa renda, especialmente, aquelas chefiadas por mulheres, com o objetivo de prover estruturas formais para o cuidado das crianças pequenas, como as creches e pré-escolas (Marteleto, 1998).

Em relatos apresentados, pode-se observar

que o apoio familiar foi fundamental em todos os momentos, da gravidez até a estruturação da nova família, e continuando até mais tarde. Em todos esses casos, deve-se lembrar que todas são jovens de segmento popular e que todo apoio recebido de suas famílias veio de pessoas que, também, não se encontram em situação financeira muito mais tranquila. As próprias jovens ressentem-se de apoio maior da família, talvez, reproduzindo as próprias expectativas de gênero, tão internalizadas em nossa sociedade, de que suas mães, avós das crianças e outras mulheres da família, como irmãs e cunhadas, pudessem auxiliá-las no cuidado delas. No entanto, atualmente, muitas mulheres e as próprias avós encontram-se no mercado de trabalho, como necessidade de sobrevivência.

Quando eu engravidiei eu achei que dava, ainda dava pra fazer tudo qui, qui passasse pela cabeça. Então foi naquela, “Ah, eu vou casar, vou começar trabalhando, estudando” e não foi nada disso que aconteceu. Porque você tem, tem que, tem que arranjar pessoa pra ficar, sabe é, um monte de coisa e, ninguém se dispõe assim a ficar com eles. [...] Agora filho você tem que pensar bem, se você quer ficar o dia inteiro longe do seu filho, não ensinar nada pra ele, não dar um carinho, num, porque às vezes você, você vai e sai sete horas da manhã pra trabalhar, depois você vai estudar, você chega em casa num vê teu filho, então você não tem contato. Nem vê, não tem contato. Então, tem que pensar bem, num deu, faz uma coisa ou faz outra mas cada coisa no seu tempo. (Violeta).

Violeta conta que acreditava que poderia conciliar o casamento e a maternidade com todos os seus planos, e continuar seus projetos.

A falta do tempo de preparo, na visão desse grupo, reproduziu a qualidade de suas vidas e a de seus filhos. Acreditam que se tivessem postergado a maternidade, para estudar e trabalhar, teriam conseguido construir uma melhor base para criar uma família e filhos.

A divisão social do trabalho entre os sexos é resultado de construções sociais e reflete o fato de que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o “trabalho produtivo”) e as mulheres dividem seu tempo entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização de

tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o “trabalho reprodutivo”). As tarefas de reprodução social são realizadas, principalmente, por mulheres e, por não gerarem renda, são desqualificadas e relacionam-se à invisibilidade do trabalho da mulher. Do ponto de vista do mercado de trabalho, as pessoas que exercem apenas afazeres domésticos - as donas de casa, sequer são consideradas como força de trabalho (PEA - População Economicamente Ativa) - são classificadas como população inativa (Melo e Castilho, 2009). Dados da PNDA (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2007, no Estado de São Paulo, revelam que a média de horas semanais gasta em afazeres domésticos é de 20,2 horas, sendo, em média 9,5 horas para os homens e 21,1 horas para as mulheres, demonstrando o efeito do gênero nessa divisão de trabalho (IBGE, 2008).

Porque tem que cuidar da casa e dos filhos, a mulher não consegue ter uma carga horária de trabalho fora de casa tão elevada quanto a dos homens e, no entanto, a jornada total feminina (trabalho fora do lar e trabalho doméstico) é sempre superior à masculina (Dedecca e col., 2008). Ao exercerem o direito de trabalharem fora e conseguirem maior autonomia financeira, as mulheres passam a acumular três funções, três responsabilidades, a de trabalhadora fora e dentro do lar, assim como a de mãe, o que significa, a de cuidadora dos filhos.:

À exceção de Amarilis, para as demais jovens, reproduz-se o modelo tradicional de divisão de trabalho nas relações de gênero e, mesmo que a mulher exerça atividade remunerada fora do âmbito do lar, ainda assim, o companheiro e a própria família mantêm a expectativa de que ela continue exercendo as funções tradicionais de cuidar da casa e dos filhos, muitas vezes, sem qualquer ajuda do companheiro.

Considerações Finais

Com relação à atitude dos companheiros no que diz respeito às atividades domésticas e cuidados com as crianças, Zínia e Margarida queixavam-se da imaturidade do companheiro, que não conseguiu assumir seu papel de provedor.

Margarida e Zínia também queixavam-se do fato de os companheiros não ajudarem no cuidado com as crianças. Esta queixa não se limita à falta de auxílio

na manutenção dos cuidados diários de alimentação e higiene das crianças, mas também no pouco contato, na pouca interação destes pais com as crianças, na pouca participação na educação delas.

Durante a entrevista, as jovens demonstraram insatisfação pelo fato de os companheiros não dividirem as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças. Entretanto, nenhuma questionou a “obrigação natural” de a mulher assumir essas responsabilidades, apenas consideravam que os companheiros poderiam auxiliá-las. Principalmente com o filho pequeno, é forte a angústia demonstrada por essas jovens, entre o desejo de trabalhar fora e a necessidade de estar próxima de seu filho, de não se separar dele. A divisão sexual do trabalho reproduz-se para essas jovens. Como disse Prímula, que tem uma filha com paralisia cerebral, um homem ao tornar-se pai, vê suas responsabilidades aumentarem, mas não há alteração no percurso que normalmente seguiria: trabalhar, sustentar a família e o lar. Para a mulher, ter filhos pode indicar a necessidade de “abrir mão” de todo o restante: estudo, trabalho.

No momento da entrevista, as jovens tinham idades entre 19 e 23 anos, jovens mães com seus filhos, assumindo e vivendo a vida adulta com suas responsabilidades. Antes, eram adolescentes em um programa de formação para entrada no mercado de trabalho. Pertencendo a grupos sociais mais desfavorecidos economicamente, a continuidade e o aprimoramento nos estudos e no trabalho abririam possibilidades de oportunidades de conseguirem melhores trabalhos, melhor remuneração e melhores condições de vida. Com a gravidez não planejada e a maternidade, de imediato, a perspectiva para trilhar aquela trajetória foi modificada. No momento da entrevista, já passado o primeiro impacto após o nascimento da criança, as jovens encontravam-se adaptadas a essa realidade, reestruturando suas rotinas, suas vidas à vida de mãe de família e, entre ganhos e perdas, agora mais amadurecidas, todas teriam optado por postergar o momento de assumirem as responsabilidades de cuidar de um filho, de ser mãe, de ser adulta.

Naquele pequeno grupo de adolescentes, espe-lhavam-se essas questões, preocupações relativas a como preparar-se e inserir-se no mercado de trabalho, com a falta de perspectivas para os jo-

vens. Outras questões entraram em cena, como a carência de infraestrutura para mulheres com filhos trabalharem. Dessa forma, dúvidas e inseguranças de jovens mostraram-se também dúvidas e inseguranças de adultos, de técnicos cujo papel é o de educar jovens, apoiando-os em seu processo de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista capacitá-los a transitarem na sociedade, de forma autônoma e responsável. Dessa maneira, o trabalho de educação desses adolescentes deve contemplar as especificidades da etapa da vida que estão vivencian-do, considerando nossa época e sociedade sem, no entanto, perder de vista valores fundamentais para o desenvolvimento pleno de um indivíduo. Quando nos referimos ao próprio trabalho, como parte da forma-ção desse adolescente, novamente, não estamos nos referindo apenas à formação técnica para exercer determinada função, mas à formação do indivíduo para o convívio em sociedade, no grupo de trabalho, nas relações de trabalho. Talvez, em nosso mundo globalizado, mais do que conhecimentos técnicos, devamos formar indivíduos flexíveis, capazes de processar informações e acompanhar as rápidas mudanças pelas quais passamos.

Maternidade na adolescência, desemprego, desigualdade entre homens e mulheres - problemáticas presentes neste estudo - requerem sejam tratadas em todas as dimensões que comportam, de forma contextualizada, evitando-se o equívoco de atribuir a responsabilidade de sua ocorrência aos próprios indivíduos que se encontram em qualquer uma dessas situações, desconsiderando suas origens, que extrapolam o nível individual e se localizam no âmbito da organização social, e para cujo enfrentamento requerem a integração de vários setores, no que diz respeito a políticas públicas e ações de intervenção.

Mudanças devem ser operadas em vários níveis, afinal, como podemos imaginar um mundo do tra-balho com oportunidades igualmente acessíveis a homens e mulheres, em uma sociedade em que, por questões socioculturais, já ao nascimento, meninos e meninas encontram estruturas de organização fa-miliar e de trabalho doméstico determinadas por gê-nero, de forma desequilibrada e onerando a mulher, criando, para esta, uma situação de desvantagem por toda a sua vida. Para todas as jovens entrevis-

tadas, a maternidade representou um acréscimo importante no grau de responsabilidade, com o filho, com a família e mesmo com o trabalho doméstico, assumido, predominantemente, ou exclusivamente, pela mulher. Quando o homem auxilia, essa ajuda ocorre de forma pontual e, em alguns casos, não existe qualquer tipo de ajuda nos trabalhos domésticos ou cuidados com os filhos.

Em pleno século XXI, a partir do relato dessas jovens mães, verificamos a reprodução de vários padrões de relações de gênero e tipos de discriminação, condenados pela própria lei, mas que se reproduzem como algo normal, conforme discriminação ocorrida com jovem participante deste estudo, quando não foi contratada, pelo fato de estar grávida. Essas jovens mães, ao permanecerem na esfera do lar, dedicando-se à família e aos filhos, assumem o papel socialmente atribuído a elas, podendo sentir-se realizadas nessa esfera, mas, ao desejarem, também, buscar realização no estudo e trabalho, encontram barreiras, pelo fato de terem filhos pequenos, na forma de falta de apoio social e, mesmo, a falta de apoio dos familiares, contribuindo para perpetuar a imagem de a mulher ter, como obrigação natural e primordial, dedicar-se apenas ao lar e aos filhos. Para o nível de formação dessas jovens, muitas vezes, os baixos salários inviabilizam o trabalho fora do lar, pois, não é raro que o que a mulher ganha não seja suficiente para cobrir os gastos gerados pela sua ausência da esfera doméstica. Além disso, principalmente, quando os filhos são ainda muito pequenos, as próprias mães optam por permanecer maior tempo com eles, considerando importante abrir mão de seus projetos, para dedicarem maior tempo aos filhos.

Assim, tornar-se mãe, durante a adolescência, perpetuou, de certa forma, uma situação de dependência familiar e/ou do companheiro. Estudar menos, ter menor oportunidade de experiência no mercado de trabalho tornou a mulher mais dependente, e essa dependência financeira foi verbalizada como um fator de frustração por essas jovens. Principalmente para as jovens que passaram a dedicar-se integralmente ao trabalho no lar, não trabalhar “fora” representou uma grande restrição de oportunidades de contato com outras pessoas e lugares. A permanência no lar, com os filhos, pode ser viven-

ciada, tanto como quase uma prisão, quanto como algo reconfortante e protetor. As jovens apreciam serem mães, mas não consideram bom serem mães na adolescência. A maternidade na adolescência também marcou, ao menos de imediato, interrupção e mudanças no projeto de vida. O projeto pessoal torna-se projeto familiar sem que, no entanto, estas jovens entrevistadas descartassem o desejo de entrarem no mercado de trabalho e conquistarem liberdade financeira e autonomia. De um momento a outro, muitas pessoas são envolvidas na vida dessa jovem: o filho, o companheiro, familiares, vizinhos, toda uma rede de relações, da qual ela e seu filho passam a depender. Todas as jovens dependiam, financeiramente, em maior ou menor grau, do auxílio de outras pessoas.

O estudo revelou que maternidade na adolescência, vida familiar e carreira escolar-profissional não são, necessariamente, excludentes, como demonstradas nos relatos das jovens entrevistadas. Isso vale para o grupo estudado, porém, permitimos caminhar um pouco mais em nossa reflexão, apoiando-nos em Guedes (2009), que, estudando o tema, com mulheres com nível universitário, constatou que, mais do que ter filhos, o momento em que estes nasciam era mais determinante dos rendimentos apresentados. Assim, os rendimentos eram menores para mulheres que tiveram filhos antes dos 30 anos de idade. Da mesma forma, o maior efeito adverso das gravidezes para adolescentes, em nosso estudo, talvez, tenha sido o fato de terem acontecido, justamente, em um momento em que elas se preparavam para ingressarem no mercado de trabalho, estando, ainda, em processo de formação. Com os filhos e as responsabilidades conjugais e com o lar, esse processo de entrada no mercado de trabalho não foi impedido, talvez, postergado, tendo que sofrer adaptações; é possível que, por terem acontecido em fase precoce, essas jovens encontrem maior dificuldade para continuarem suas formações, mais tarde. Como elas mesmas relatam, mulheres que estudaram e entraram no mercado de trabalho, para depois terem filhos, encontraram melhores condições, para si próprias e suas famílias. No caso das adolescentes que engravidaram, enquanto acompanhadas no Programa de Educação para e pelo Trabalho, o maior determinante para

a desvantagem relativa à inserção no mercado de trabalho - mesmo considerando que mulheres em geral, independentemente de suas idades, já sofrem essa desvantagem ao terem filhos pequenos - parece ter sido o momento em que se encontravam em suas formações escolar-profissional, mais do que a idade cronológica, por si própria.

De forma geral, para que a realização dos projetos de maternidade, vida familiar e carreira escolar-profissional não se torne uma carga grande demais, prejudicando a realização de cada um deles, é necessário que padrões arraigados em nossa sociedade sofram transformação, como a divisão da responsabilidade, entre homens e mulheres, na realização dos trabalhos de reprodução, assim como no cuidado com as crianças.

Para tanto, é necessário que gênero seja incorporado nas políticas públicas a fim de que elas possam atender as diferentes necessidades da população. A intenção é fornecer condições para que tanto a mulher quanto o homem vivam em condições de equidade (Machado, 1999).

Ressalta-se assim, a importância da formulação, implementação e implantação de políticas públicas, que possam dar suporte a essas ações educativas, para inserção desses jovens no mercado de trabalho e, também, políticas para favorecer o exercício da maternidade e do trabalho de mulheres em nosso meio. Deve-se considerar, neste planejamento de gênero, o reconhecimento do triplo papel da mulher e o atendimento das necessidades tanto práticas quanto estratégicas de gênero como considerar, por exemplo, a implantação de creches também no local de trabalho dos pais (Machado, 1999).

Agradecimento

Ao Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas por autorizar e apoiar a realização deste estudo.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

BRASIL. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 26 out. 2006.

BRASIL. Decreto no 5.598, de 1 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm>. Acesso em: 27 fev. 2011.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

DEDECCA, C. S.; RIBEIRO, C. S. M. F.; ISHII, F. H. Ocupação e tempo de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. Caxambu, MG, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1379.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2010.

ESTEVEZ, J. R.; MENANDRO, P. R. M. Trajetórias de vida: repercuções da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. *Estudos de Psicologia*. Natal, v. 10, n. 3, p. 363-370 set./dec. 2005.

GUEDES, M.C. *Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário*. 2009. 132 p. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HEILBORN, M. L. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M. L. et al. *O aprendizado da sexualidade - reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006. p. 30-59.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagú*, Campinas, v. 17/18, p. 139-156, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais* - uma análise das condições de vida da população brasileira (Estudos e Pesquisas - Informações Demográfica e Socioeconômica, 23). Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2008/indic_sociais2008.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2011.

ITABORAÍ, N. R. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 157-176, 2003. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol20_n2_2003/vol20_n2_2003_4artigo_p157a176.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACHADO, L. M. V. *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

MARTELETO, L. J. Quando parentes tomam conta das crianças: arranjos de child care em domicílios intactos e chefiados por mulheres. In: ANAIS DO XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 1998, Caxambu, MG, p. 2633-2661. *Anais...* Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a232.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes; 2007. p. 9-29.

MOSER, C. O. N. Gender planning in the third world: meeting practical and strategic gender needs. *World Development*, Great Britain, v. 17, n. 11, p. 1799-1825, 1989.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. 8. ed. Campinas: Pontes; 2009.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

Recebido em: 03/03/2011
Reapresentado em: 15/05/2012
Aprovado em: 10/09/2012